

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: legislações e dimensões que caracterizam a atuação dos assistentes sociais na Política de Educação.

Adriele Rodrigues de Oliveira¹

RESUMO

A inserção do assistente social nas escolas se configura a partir da realização de ações que visem a defesa do direito à educação, a construção do exercício da cidadania e fortalecimento da rede de atendimento e proteção. A pesquisa foi motivada por trabalhos desenvolvidos na graduação de Serviço Social e dos debates e aulas acerca da presença do assistente social nas escolas. O propósito deste artigo é discutir a importância do Serviço Social na educação, bem como descrever as legislações pertinentes e relacionar as dimensões profissionais à materialidade de sua intervenção. Busca-se ainda suscitar futuras discussões e debates acerca do aprimoramento das competências e atribuições com base nas dimensões presentes na atuação profissional. Para construção do estudo e do artigo foi realizada uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório acerca dos conceitos relacionados a educação e o papel do Serviço Social no contexto educacional e na política de educação.

Palavras-chave: Educação; Legislação; Serviço Social.

ABSTRACT

The insertion of the Social Worker in schools is based on carrying out actions aimed at defending the right to education, building the exercise of citizenship and strengthening the care and protection network. The research was motivated by works developed in the graduation of Social Work and the debates and classes about the presence of the social worker in schools. The purpose of this article is to discuss the importance of social work in education, as well as to describe the relevant legislation and relate the professional dimensions to the materiality of its intervention. It also seeks to raise future discussions and debates about the improvement of skills and attributions based on the dimensions present in professional performance. For the construction of the study and the article, an exploratory bibliographical research was carried out on concepts related to education and the role of Social Work in the educational context and in education policy.

Keywords: Social Service; Education; Legislation.

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Especialista em Gestão e Planejamento de Políticas Públicas em Serviço Social pela Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ); Email: adrieleroliveira212@gmail.com.

PROMOÇÃO



APOIO



1. INTRODUÇÃO

A educação é um dos pilares da formação dos sujeitos, é a partir de uma prática pedagógica que dialoga com o meio social em que está inserido e se fundamenta historicamente e legalmente nos dispositivos e políticas pertinentes, para a construção do exercício da cidadania, participação e controle social, assim como o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades para a vida profissional. A inserção do assistente social nas escolas contribui com uma abordagem distinta com os alunos, responsáveis e demais trabalhadores da educação, e ainda um novo olhar no enfrentamento das demandas emergentes no espaço escolar.

Além disso, respalda o fortalecimento da rede de atendimento e proteção, que ultrapasse os muros escolares, uma vez que diversas situações devem ser analisadas para além do contexto educacional, que já perpassa outros conhecimentos, habilidades e profissionais. O profissional de Serviço Social se fundamenta e é respaldado por seus dispositivos legais, assim como desempenha suas competências e atribuições a partir de dimensões que qualificam sua atuação, presentes no documento do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação.

A metodologia compreende a fundamentação a partir do método Materialismo Histórico e Dialético e para a realização do estudo e construção deste artigo foi realizada uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório para a elaboração e fundamentação do referencial teórico e embasar a discussão sobre o tema, bem como o histórico acerca dos conceitos relacionados a educação e o papel do Serviço Social no contexto educacional e na política de educação. Buscou-se ainda levantar as mais recentes contribuições de autores sobre a presença do Serviço Social nas escolas, inclusive nos anais dos eventos nacionais de Serviço Social, como o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e a Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP) para fazer relação com as dimensões descritas no documento do CFESS supracitado.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O desenho deste estudo se destrincha primeiro na judicialização e a inserção do assistente social no contexto escolar, com as principais legislações que norteiam o exercício profissional do assistente social. Posteriormente, o segundo tópico se destina a discutir o Serviço Social no espaço escolar e a relação entre educação e as dimensões profissionais descritas no documento elaborado pelo CFESS, os subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação. E por fim, atrelou-se as dimensões com as principais nuances do trabalho profissional exercido dentro no espaço educacional.

2. A JUDICIALIZAÇÃO E A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Na conjuntura histórica da educação, assim como os demais campos da sociedade, é marcado pelo avanço da história com todas as suas transformações e movimentos, construção e reconstrução de conceitos, categorias, relações e dinâmicas. Para além disso, tem-se a educação como uma das portas de entrada para a construção da cidadania e formação do pensamento crítico dos cidadãos e dos futuros cidadãos. Sendo assim, o ato de educar como parte da formação da consciência crítica, e que “todo ser humano tem potencial e o direito de se desenvolver, e a educação oportuniza o conhecimento sobre si e sobre o mundo”. (DRUMOND, 2022, p.2).

Com isso, mais que passar conhecimentos, a educação deve problematizar o que é imediatividade, considerar as particularidades e construir coletivamente as potencialidades de uma prática pedagógica integrativa e plural. Com o advento da Constituição Federal de 1988 e com o avanço dos direitos sociais, políticos e individuais, o acesso à educação é explicitado no artigo 205 da CF88, descrito como um direito de todos/dever do estado e da família. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Além da Constituição Federal outros documentos regulamentam a educação brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) em que são definidos objetivos, parâmetros, responsabilidades dos órgãos e esferas públicas. A política pública de educação e sua relação com o Estado remete não apenas a respostas desse as demandas sociais referentes ao contexto escolar e educacional, como também a uma ligação entre o que consta nos dispositivos legais e sua materialização nas instituições de gestão educacional e escolas.

A respeito da inserção do Serviço Social na política de educação tem início na década de 1930, com o passar dos anos seu posicionamento se transformou, principalmente após o movimento de reconceituação, o que antes se caracterizava como uma postura e alinhamento teórico com a matriz conservadora por influência da atuação do Estado. Com as transformações oriundas da reconceituação o Serviço Social passa a atuar sob novo olhar para as demandas apresentadas no meio educacional, atuando na viabilização dos direitos; fortalecimento e defesa de uma educação transformadora e de pensamento crítico; auxiliar no acesso e na permanência dos alunos; na articulação em rede com outras políticas, serviços e instituições para o desenvolvimento social. Como é explicitado por Drumond (2022):

É preciso compreender que o Serviço Social na educação tem um papel fundamental e singular, pois dentro desta política existem realidades plurais, há particularidades grandes nas expressões da questão social, e a/o assistente social é a grande mediadora do processo de acesso e permanência dos alunos no processo educacional. Este trabalho contempla a comunidade escolar, que envolve não só as escolas, mas também a família e sociedade. (DRUMOND, 2022, p.11)

Com base no exposto, tem-se que a educação é caracterizada com um complexo que é parte integrante do meio social, como parte do meio social também é permeado pelas refrações da questão social, assim como é responsável pela construção da cidadania e sociabilidade e ainda um dos pilares da reprodução das relações sociais. Para delinear o trabalho do assistente social no campo da educação são fundamentados os seguintes dispositivos legais: **Lei Federal 8662/1993**, que dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Serviço Social; **Código de Ética**

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

do/a Assistente Social de 1993 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); **Parecer jurídico nº 23** do Conselho Federal de Serviço Social, que dispõe sobre a implantação do Serviço Social nas Escolas da rede pública de Ensino Fundamental e Ensino Médio; **Os Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação**, elaborado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); **Decreto nº 196**, de 27 de novembro de 2020, publicado em 1 de novembro de 2020 que institui Equipe Multiprofissional na Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências; assim como, a **Lei 13.935/2019** que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica;

Os referidos documentos se caracterizam como centrais no intuito de subsidiar o trabalho do profissional de Serviço Social no âmbito da educação básica, assim como incentivam e fundamentam a elaboração e ampliação do debate sobre as demandas desse âmbito; a inserção e qualificação de profissionais atuantes; desafios e possibilidades postos a equipe multiprofissional; entre outros. Considerando ainda que, a Política de Educação é composta por níveis e modalidades de ensino e trabalhos diferenciados por profissões, o que exige abordagens e análises por diferentes olhares.

A Lei 8.662/1993, lei de regulamentação do Serviço Social, assim como o Código de Ética da profissão traduzem a construção coletiva da categoria em prol de uma ordem societária. O código de ética é instrumento que fundamenta os direitos e deveres do profissional, além disso é “orientador do comportamento ético profissional da assistente social: representa a autoconsciência ético-política da categoria profissional em dado momento histórico” (BARROCO; TERRA, 2012). Enquanto que, a lei de regulamentação define as atribuições privativas e competências do profissional, que subsidiam e asseguram uma atuação pautada no direcionamento ético, político e teórico da profissão.

Além disso, outro dispositivo essencial para a inserção dos assistentes sociais na educação básica foi o Parecer Jurídico n.23/2000. Este documento foi um dos instrumentos responsáveis para a compreensão da educação como uma política

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



social e expressar as contribuições do Serviço Social nesse campo, o que posteriormente se tornou um dos passos para alcançar a implementação da lei. O parecer descreve a inclusão do assistente social na equipe atuante nas escolas de Educação Básica, defendendo o debate sobre o acesso e à permanência de crianças e adolescentes no âmbito escolar e à relevância dos profissionais nesse espaço sócio-ocupacional, respeitando os artigos 4º e 5º da Lei 8.662/1993.

A Lei nº 13.935 promulgada em 2019, que estabelece a presença dos profissionais da Psicologia e do Serviço Social na equipe de profissionais presentes na educação básica, em seu Art. 1º propõe que: “As redes públicas de educação básica contarão com serviços de Psicologia e de Serviço Social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.” (BRASIL, 2019). Dentre suas atribuições, a lei define que os referidos profissionais devem promover ações no intuito de melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem, atuando em rede com a participação da comunidade escolar e a mediação das relações sociais e institucionais que perpassam pelas demandas apresentadas no sistema educacional.

Além disso, é necessário enfatizar que o profissional assistente social, deverá compor a equipe multidisciplinar em ação conjunta com os demais profissionais da área da educação caracterizando uma união necessária para tender todas as nuances e particularidades presentes nas relações e atividades dentro da escola, fortalecer os vínculos dos familiares com os alunos e a escola, avaliar e executar planos e ações que envolvam a articulação da educação com outras áreas e instituições. Assim como, busca-se estratégias de intervenção para as situações diversas, sendo essas: violações de direitos e vulnerabilidade social; violência e suas variações; uso de álcool e substâncias ilícitas; gravidez na adolescência; trabalho infantil, entre outros fatores que dificultam o acesso e a permanência de crianças e adolescentes no espaço escolar.

Portanto, as atribuições e competências do assistente social se materializam de forma verbal ou escrita, registrada pelo profissional em documentos, instrumentos

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



e técnicas. Seguindo as prerrogativas e normativas definidos pelo Conselho Federal de Serviço Social e de sua jurisdição competente em cada Estado, assim como a jurisprudência pertinente a sua atuação, a exemplo das leis e documentos supracitados. Para mais, é relevante discutir sobre as formas de manifestação da questão social dentro do espaço escolar, bem como as dimensões e o exercício profissional dentro dessa perspectiva.

3. O SERVIÇO SOCIAL NO ESPAÇO ESCOLAR E A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E AS DIMENSÕES PROFISSIONAIS.

Como parte integrante da luta de classes, a educação também é atravessada pelo modo de produção capitalista, uma vez que seus trabalhadores produzem conhecimento, utilizam tecnologia e estão presentes na reprodução social difundido valores e concepções e assim contribuem para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. “A educação pública no Brasil, direito arduamente conquistado a partir de 1988, e que desde então é motivo de mobilização e luta social para sua legitimação e democratização[...]” (SILVEIRA; RODRIGUES, 2022, p.11), logo, definida como um direito social, a educação se torna um espaço sócio-ocupacional para atuação do assistente social, uma vez que este profissional contribui não apenas na formulação, gestão e execução de políticas públicas, como também colabora com a viabilização de direitos. Por isso, a educação também é uma das pautas de lutas sociais em que se pretende efetivá-la com qualidade e como direito humano, social e universal.

No que tange o rol de competências e atribuições do Serviço Social no contexto da política da educação, tem-se como norte algumas dimensões definidas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) que se entrelaçam com as demais dimensões da atuação do assistente social. De acordo com o documento “Subsídios para atuação do assistente social na educação” publicado e elaborado pelo CFESS, são elas:

Dimensão individual e às famílias dos/as estudantes e/ ou trabalhadores e trabalhadoras da Política de Educação, esta é referente a principal atividade

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

exercida pelo Serviço Social, de acordo com o CFESS (2014) essa abordagem individual e com as famílias são necessárias e estratégicas ao trabalho do assistente social, contribuem para o enfrentamento das situações de violação dos direitos sociais associados a conjuntura educacional e ainda constroem possibilidades e visibilidade para a política de educação.

Apesar disso, um dos pontos discutidos sobre essa dimensão se situa no fato da prática desse profissional ser centralizada nessa abordagem, conferindo um caráter pontual e que não considera a totalidade das relações, as ações em intersetorialidade com outras políticas e o possível alcance do trabalho interdisciplinar. Sobre essa discussão Salazar *et al* (2022) corrobora:

A organização da política educacional em articulação com outras políticas sociais como saúde, assistência social, trabalho, habitação, torna-se central ao papel do poder público, visando contribuir dentre outros fatores, para o aprendizado de melhor qualidade, particularmente para segmentos que vivenciam tantos desafios cotidianos. (SALAZAR; *et al*, 2022, p.7)

A partir do escrito, na escola pública as desigualdades sociais se apresentam de forma maçante e por vezes veladas por situações cotidianas, logo as dificuldades vivenciadas no espaço escolar não podem ser analisadas e abordadas de forma isolada, ou como um problema da família, principalmente quando estiver afetando a vida estudantil do aluno. Por isso a abordagem individual e/ou com a família deve ser uma das ações do profissional, mas não como a principal medida de atuação do assistente social.

Dimensão de intervenção coletiva junto aos movimentos sociais, em que se refere a construção e fortalecimento de sujeitos coletivos em prol da defesa e ampliação dos direitos sociais, conforme disserta o CFESS (2014) sobre o reconhecimento do seu papel social e a “defesa de uma educação pública e de incorporação de novos conteúdos ao cotidiano dos estabelecimentos, relativos aos modos de apreensão da realidade produzidos na dinâmica das lutas sociais”.

Além disso, é necessário chamar a atenção para um olhar mais crítico quanto a participação popular, mobilização e controle social no âmbito das políticas públicas,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



em ênfase a política de educação. Perante as relações antagônicas de classes sociais e hegemonia burguesa, faz-se relevante a iniciativa do profissional de Serviço Social dentro do espaço escolar promovendo ações educativas para a democratização da educação, melhorias para a rede pública de educação e construção de senso de coletividade entre os alunos, famílias e equipe multidisciplinar, almejando conquistas e defesa dos direitos.

Portanto a luta coletiva pela educação de qualidade como um direito deve estar permanente na agenda do assistente social. Na medida em que a consolidação da política de educação como um espaço sócio-ocupacional do Serviço Social é fruto de lutas e mobilizações, então o justo decorre da continuidade dessa construção, para não reduzir os avanços até o que foi conquistado no momento, transformando-se em apenas mais uma área de trabalho.

Dimensão investigativa, referente a uma das principais ferramentas de diferencial do exercício profissional do assistente social, que oportuniza a aproximação com a realidade dos usuários, a investigação das condições de vivência e apreensão das relações e reproduções no meio social: moradia, educação, trabalho, saúde, entre outros. Assim como, relaciona-se as políticas públicas e sociais existentes, os serviços e atendimentos oportunos. Nos escritos do CFESS (2014) descreve como:

Trata-se de uma dimensão fundamental para a análise da Política de Educação em sentido mais amplo que apenas o da verificação do alcance das metas relativas ao acesso e à permanência, contribuindo para a definição de novas estratégias de ação profissional e dos sujeitos singulares e coletivos, a partir do desvelamento de como a Política de Educação se inscreve nos processos de reprodução das desigualdades sociais. (CFESS, 2014, p.53)

Com isso, ainda é importante ressaltar que embora essa dimensão seja associada a algumas demandas da Política de Educação, isto é: estudos socioeconômicos ligados às políticas de assistência estudantil, concessão de bolsas de estudo para o acesso a escolas, entre outras, a dimensão investigativa deve ser pensada e executada em articulação com as demais dimensões do trabalho do Serviço Social.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Dimensão do trabalho profissional relativa à inserção dos/as assistentes sociais nos espaços democráticos de controle social, esta dimensão enfatiza a importância das contribuições do Serviço Social nos espaços democráticos de direito e controle social. Em que são promovidos o incentivo e as estratégias para a participação dos estudantes, famílias, professores, trabalhadores nas instâncias de decisões e construção de políticas relacionadas a Educação, como conferências e conselhos. O CFESS (2014) explica:

A atuação profissional deve também estar voltada para os processos de discussão e modificação das formas de composição e funcionamento destas instâncias. Além de reconhecer e tecer aproximações com os demais conselhos existentes na Política de Educação, e que são fundamentais para a democratização dos processos de gestão desta política. (CFESS, 2014, p.53)

Com base nas premissas do Serviço Social, atua como uma profissão crítica, inserida em espaços ocupacionais, cujo objetivo esteja alinhado ao cunho democrático de prevenção, promoção, proteção e viabilização dos direitos sociais, disposta para contribuir com o processo ensino-aprendizagem, na construção de uma educação mais inclusiva e emancipadora, que incentive a formação crítica e o senso de coletividade.

Dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora das informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais, de sua rede de serviços e da legislação social que caracteriza o trabalho do/a assistente social, diz respeito as competências e atribuições do Serviço Social relacionadas ao campo educacional, a compreensão sobre os direitos humanos e sociais vinculado a política de educação, bem como as legislações, órgãos e serviços que amparam as atividades e as demandas apresentadas nesse contexto.

No que é descrito pelo CFESS (2014), essa dimensão justifica a inserção do profissional de Serviço Social nas dinâmicas educacionais, assim como em instâncias de gestão e/ou coordenação tanto regional quanto municipal, apesar disso ainda é um dos fatores que dificultam a presença do profissional nas escolas, visto que é uma

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

das abordagens realizadas pelos outros trabalhadores da educação. Como aponta ainda o documento:

Contraditoriamente, trata-se também de um dos focos de resistência à presença de assistentes sociais, pela aproximação de algumas de suas abordagens ao trabalho já realizado por outros/as profissionais, em particular por pedagogos/as.[...] Parte das tensões presentes nesta dimensão tende a avançar com a compreensão mais precisa das possibilidades de atuação profissional dos/as assistentes sociais, ao reconhecerem a necessidade de articulação das diferentes dimensões que particularizam seu trabalho. (CFESS, 2014, p.54)

O que se coloca em discussão sobre esse ponto é a desmistificação do que é colocado como função do Serviço Social e a legitimação da correta descrição das atribuições e competências do assistente social no âmbito da educação. Além disso, dentre as práticas do assistente social estão presentes as ações socioeducativas, voltadas para a discussão de alguns temas transversais que integram os currículos escolares, por exemplo: ética, meio ambiente, trabalho, cidadania, saúde e orientação sexual, inclusive em parceria com outros profissionais e outros órgãos públicos.

Dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços, no âmbito da Política de Educação, que concerne em incentivar a participação, não somente dos assistentes sociais como dos demais profissionais da educação, nos espaços de gestão referente a política educacional em relação aos processos democráticos, participativos e ações interdisciplinares. Como atribui o CFESS (2014):

Trata-se de uma dimensão do trabalho profissional que, se não tem sido demandada institucionalmente e até encontra grandes resistências neste sentido, coloca-se hoje como uma clara intenção de construção de possibilidades de atuação profissional, sobretudo com a intenção de se assegurarem processos de gestão democráticos e participativos e trabalhos interdisciplinares e potencializadores de ações intersetoriais. (CFESS, 2014, p.54-55)

Além disso, nota-se um equívoco ao relacionar essa dimensão somente com a política de assistência social, a institucionalização de programas governamentais e dos projetos sociais que são referentes a atuação de assistentes sociais nos espaços de educação privada. Uma vez que, a profissão possui interface com várias áreas de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



atuação (saúde, previdência, sociojurídico, entre outros), o que vai além do âmbito da assistência social, o que caracteriza um dos diferenciais do exercício profissional. Outro ponto importante a destacar sobre essa dimensão é a possibilidade da contribuição do assistente social nas etapas de construção e materialização da política de educação: planejamento, gestão, execução, avaliação, assim como, gestão e desenvolvimento de projetos, assessoria e capacitação de servidores.

4. CONCLUSÃO

A política de educação se estabelece como uma das áreas setoriais em que as habilidades e conhecimentos do assistente social se materializam em sua atuação na instituição, que circunscreve as ações cotidianas de garantia e defesa dos direitos humanos que enfrentem as desigualdades que perpassam o ambiente educacional. Assim, o Serviço Social, enquanto uma profissão crítica e interventiva representa uma perspectiva importante frente as situações que demandam a intervenção do assistente social, na identificação das demandas advindas do contexto educacional e construir ações e intervenções para a superação das desigualdades e que ultrapassam as ações dos demais trabalhadores da educação.

Dentre suas competências, há uma articulação com outras políticas, órgãos públicos e serviços, para que o direito à educação seja resguardado e garantido a todos com qualidade. Além disso, o profissional se propõe a conhecer a realidade dos alunos e famílias com clareza para identificar as necessidades e potencialidades que se apresentam, e ir além da imediaticidade das demandas.

Para a atuação do profissional de Serviço Social no campo da educação são necessárias as fundamentações legais que não só norteiam suas ações como também dão suporte teórico e metodológico, são elas: Lei Federal 8662/1993, que dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Serviço Social; Código de Ética do/a Assistente Social de 1993; Parecer jurídico nº 23 do Conselho Federal de Serviço Social, que dispõe sobre a implantação do Serviço Social nas Escolas da rede pública de Ensino Fundamental e Ensino Médio; Os Subsídios para a atuação de assistentes

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



sociais na Política de Educação; Decreto nº 196, de 27 de novembro de 2020, que institui Equipe Multiprofissional na Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências; assim como, a recente implementação da Lei 13.935/2019 que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica.

Mediante isso, somando a fundamentação na atuação do assistente social, tem-se ainda as dimensões integradas as atribuições do profissional. A primeira que descreve as abordagens individuais e junto às famílias dos estudantes, trabalhadores da Política de Educação. A partir dessa o profissional alcança categorias, reproduções e relações que os professores não chegam para buscar as possíveis causas e assim intervir de maneira incisiva, como é o caso da evasão escolar, faltas e notas baixas. Logo, permite ter uma proximidade maior com os sujeitos envolvidos, e que vai além da abordagem dos demais trabalhadores da educação, se necessário com a realização de entrevistas, contato telefônico, visita domiciliar, entre outros.

A segunda dimensão é a de intervenção coletiva junto aos movimentos sociais como condição fundamental de constituição e reconhecimento dos sujeitos coletivos. O Serviço Social tem sua contribuição na mobilização dos atores envolvidos na política de educação, em consonância com a ampliação dos direitos sociais e na defesa de uma educação pública de qualidade principalmente em prol da classe trabalhadora. Portanto, criar espaços de participação dentro do contexto escolar, como: grupos de estudo e debate, rodas de conversa com temas de interesse do grupo e definir lideranças entre os alunos é essencial para promover discussões sobre a política, melhorias e ainda o controle social.

A terceira dimensão é a investigativa, essencial em todos os âmbitos e espaços de atuação do assistente social, e necessita estar relacionada a todas as outras dimensões do trabalho profissional. Dispõe de elementos que subsidiam a análise da política de educação, seguindo suas etapas, desde a construção até a avaliação. Além disso, possibilita estratégias e abordagens quanto ao acesso e à permanência dos alunos a partir dos processos de reprodução das desigualdades sociais, assim

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

como, desenvolve estudos não apenas sobre o universo particular do estudante, como também sobre a realidade em torno do ambiente escolar.

A quarta dimensão referente à inserção dos assistentes sociais nos espaços democráticos de controle social e a construção de estratégias de fomento à participação dos estudantes, famílias, professores e professoras, trabalhadores da educação nas conferências e conselhos desta política e de outras. Relacionada também a outra dimensão supracitada, refere-se ao incentivo à participação e o controle social, a presença do Serviço Social proporciona um importante reforço no trabalho de orientação, mobilização e defesa dos direitos, participação paritária nos conselhos e conferências não só relacionado a política de educação, como também políticas que perpassam o entorno das escolas, inclusive com apoio de líderes comunitários.

A quinta dimensão dispõe sobre o caráter pedagógico-interpretativa e socializadora das informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais, de sua rede de serviços e da legislação social. É importante salientar que essa dimensão difere das atribuições realizadas por outros profissionais, esse caráter pedagógico se refere principalmente as ações socioeducativas, em que o assistente social pode desenvolver atividades como: palestras, rodas de conversa, feiras culturais sobre temas relevantes: uso de substâncias psicoativas; gravidez na adolescência; doenças sexualmente transmissíveis; discussão sobre identidade de gênero; as mudanças do corpo e aceitação; violência em seus variados gêneros; *Bullying*; entre outros.

A sexta dimensão evidencia a participação do profissional no gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços, no âmbito da Política de Educação, para além de sua relação com a política de assistência social, tal qual a institucionalização dos programas governamentais e dos projetos sociais. O compromisso do Serviço Social com a política de educação.

Portanto, a compreensão da relevância da atuação do assistente social em instituições de ensino se configura a partir da realização de ações que visem a

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



garantia do direito à educação. Nesse sentido, este artigo tem por desígnio contribuir com a divulgação da importância do Serviço Social nas instituições de ensino através de discussões sobre a legalidade ligada a atividade profissional, principalmente instituições públicas, e ainda as dimensões vinculadas as atribuições e competências profissionais, visando contribuir com a efetivação da garantia dos direitos dos estudantes, junto às famílias e outros profissionais atuantes no contexto escolar, tal como afirmação de políticas públicas em sua execução efetiva.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. Brasília: CFESS; São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. **Lei n. 13.935/2019** – Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20192022/2019/lei/L13935.htm. Acesso: 25 de maio de 2023

DRUMOND, Vitória Melo Ferreira; ALMEIDA, Suênya Thatiane Souza. **A Educação Como Subsídio para o Exercício da Cidadania: o papel do Serviço Social nas escolas e na construção de uma educação emancipadora**. CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XVII., 2022, Brasília-DF. Anais. Brasília: [s. n.], 2022.

SALAZAR, Silvia Neves; BARBOSA, Ylana Chagas; AMARAL, Jeane De Souza Franco. **UMA EXPERIÊNCIA DA EXTENSÃO: a elaboração do plano de trabalho do Serviço Social na área da educação básica**. CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XVII., 2022, Brasília-DF. Anais. Brasília: [s. n.], 2022.

SILVEIRA, Silvia Regina; RODRIGUES, Michele Mendonça. **Serviço social na educação: experiências do trabalho profissional e problematização em curso**. André Michel dos Santos, Larissa Ramalho Pereira, Marta von Dentz (org). – 1. ed. - Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2022.

PROMOÇÃO



APOIO

